



CSSPS- CENTRO Social de São Pedro de Serracenos

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO DE 2023



Março 2024



CSSPS- CENTRO SOCIAL DE S. PEDRO DE SERRACENOS

IPSS- Registo pelo averbamento n.º4 à inscrição nº15/2004, fls. 30 do livro nº 10 e fls. 85 Verso do livro nº15 das Associações de Solidariedade Social, em 17/01/2017.

NIPC - 513 104 143

NISS - 251 310 414 32

Rua do Lar, nº2- 5300-874 São Pedro de Serracenos

Telefone: +351 273 382 169 (Chamada para a rede fixa nacional)

Telemóvel: +351 93 466 16 36 (Chamada para a rede móvel nacional)

E-mail: csspsdirecao@gmail.com (Direção)

E-mail: centro.social.sao.pedro.serracenos@gmail.com (Direção técnica)

E-mail: csspserracenos@gmail.com (Animação cultural)

E-mail: csspserracenos.enf@gmail.com (Serviço de saúde)

E-mail: encomendaserracenos@gmail.com (Encarregada de serviços gerais)

Facebook: <https://www.facebook.com/csspedro.serracenos>



Índice

Caracterização da Entidade	4
1. Evolução da atividade da Instituição	6
1.1. Evolução da Receita.....	6
2. Investimento.....	7
3. Custos, Resultados e Rentabilidade.....	7
3.1. Custos	7
3.2. Resultados	7
3.3. Situação Económico Financeira.....	8
4. Pessoal.....	9
5. Dívidas ao Estado e à Segurança Social	10
6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	10
7. Evolução previsível da atividade	10
8. Proposta para aplicação dos resultados.....	10
9. Considerações Finais	10



A Direção do CSSPS - Centro Social de São Pedro de Sarracenos, no cumprimento das disposições aplicáveis, submete à vossa apreciação o relatório de gestão referente ao exercício de 2023.

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

O CSSPS - Centro Social de São Pedro de Sarracenos é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua do Lar, nº 2, em São Pedro de Sarracenos, tem como resposta social a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, com a capacidade máxima de trinta e cinco utentes.

A estrutura residencial para pessoas idosas, tem uma abrangência nacional, acolhendo todos quantos a procuram e cumpram os critérios de admissibilidade previamente definidos, dando continuidade à sua missão de solidariedade social, tendo como objetivo o bem-estar dos clientes, com parâmetros de excelência.

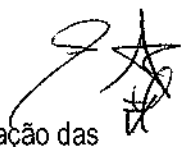
O CSSPS tem como Missão garantir a qualidade de vida dos Clientes, através da prestação de serviços personalizados, com rigor e transparência. Apostando numa Visão de dotar a organização de competências organizacionais e relacionais de modo a garantir a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores e outras partes interessadas; e ser organização de referência, em serviços de qualidade e excelência de apoio à comunidade.

Os Valores pelos quais se rege são: * Rigor; * Transparência; * Privacidade; * Confidencialidade; e * Integridade – princípios fundamentais para uma cultura de bem-estar e de gestão equitativa dos recursos onde as sinergias se articulam em prol de objetivos comuns: a prestação de cuidados com qualidade.

Com uma capacidade de 35 vagas, a estrutura residencial para pessoas idosas assegura a prestação dos seguintes serviços:

- 1.1. Alojamento, em quarto individual ou duplo;
- 1.2. Alimentação (Pequeno almoço, Almoço, Lanche, Jantar e Ceia);
- 1.3. Cuidados de Higiene e Conforto;
- 1.4. Prestação de Cuidados Básicos de Saúde, incluindo serviços médicos e de enfermagem;
- 1.5. Acompanhamento a consultas e exames médicos, e na aquisição de bens;
- 1.6. Serviços de Cabeleireiro e Esteticista;
- 1.7. Tratamento de roupa e higienização de espaços.

Além dos serviços prestados, descritos anteriormente importa referir a importância do plano de prevenção e saúde, onde é garantido o bem-estar biopsicossocial do cliente, apostando na prevenção da doença, em complemento com o plano de atividades e ocupação de tempos livres e desenvolvimento



.. pessoal. Este último, visa executar atividades heterogêneas que proporcionem a cada cliente a satisfação das suas necessidades, bem-estar, ocupação, desenvolvimento pessoal, participação ativa, tendo em conta o projeto de vida específico de cada cliente.

Em função desta premissa, e em articulação numa equipa multidisciplinar estabelecessem-se metas e estratégias que potenciam a ocupação dos tempos, nas seguintes áreas:

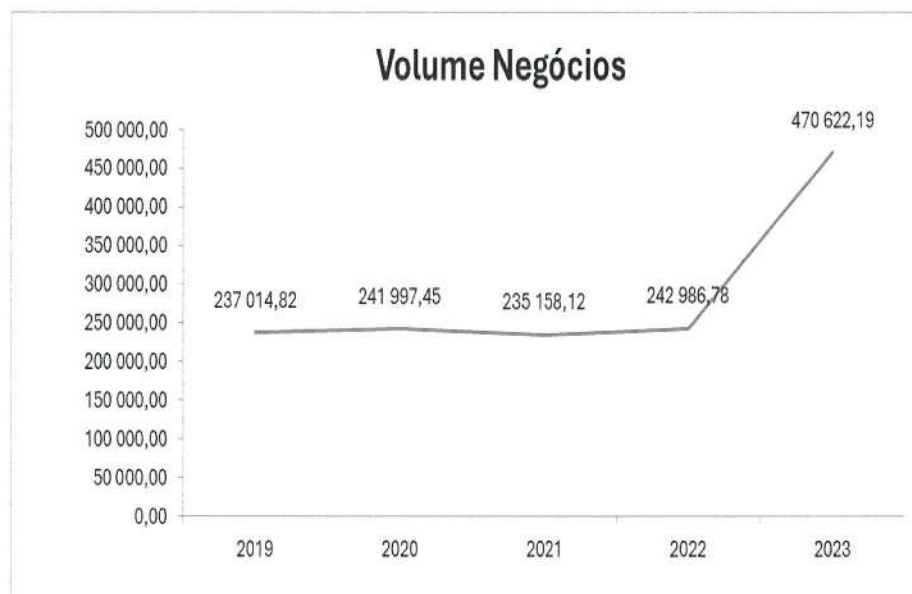
- a) Lúdicas e recreativas, com o objetivo de implementar atividades de estimulação sensitiva; preservar os mecanismos de memória; e contactar com as novas tecnologias;
- b) Social, com o objetivo de integrar o cliente na dinâmica da ERPI; e fomentar o contato com o exterior;
- c) Espirituais e religiosas, com o intuito de prestar assistência espiritual aos clientes que assim o desejem e promover as vivências religiosas
- d) Desportiva, com o objetivo de contribuir para a manutenção física; fomentar o equilíbrio psicossomático e desenvolver a motricidade.
- e) Saúde e bem-estar, com o objetivo de desenvolver mecanismos de estimulação cognitiva; e promover o bem-estar através da estética.

Os serviços prestados e as atividades desenvolvidas pela estrutura residencial para pessoas idosas, têm como objetivos:

- a) Garantir o bem-estar, a qualidade de vida e a segurança dos clientes;
- b) Potenciar a integração social e estimular o espírito de solidariedade e de entreatajuda por parte dos clientes e seus agregados familiares;
- c) Contribuir para a estabilização ou retardamento do processo de envelhecimento;
- d) Criar condições que permitam preservar a sociabilidade e incentivar a relação interfamiliar e intergeracional;

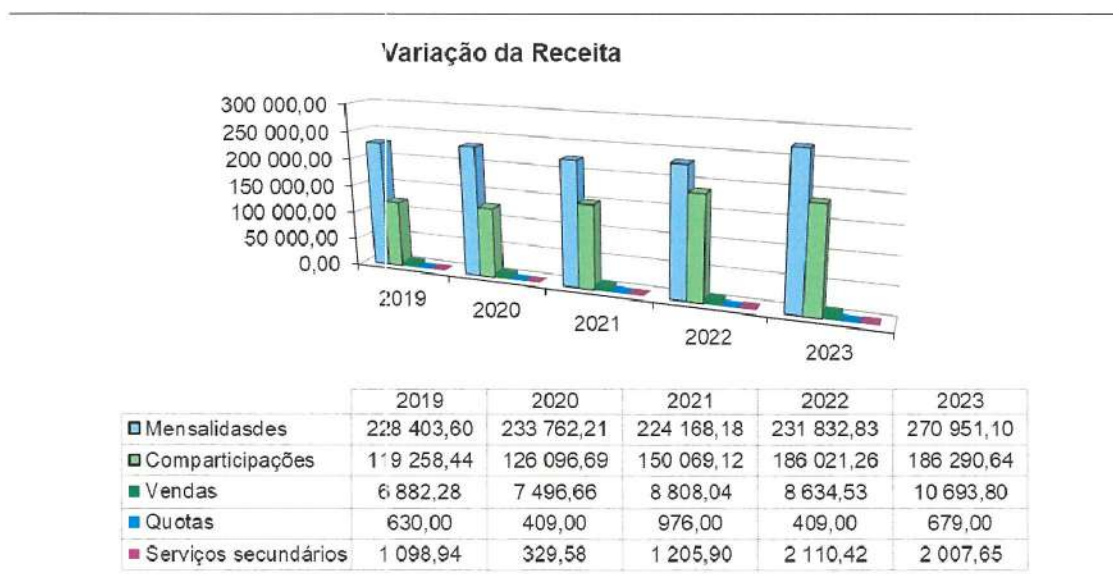
1. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA INSTITUIÇÃO

A atividade da instituição teve uma evolução favorável no exercício de 2023, crescendo 93,68% relativamente ao exercício anterior. Tal deveu-se, essencialmente, ao facto de a partir deste ano, seguindo o entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, vertido na sua FAQ 39, o valor das comparticipações da segurança social serem considerados como prestação de serviços.



1.1. Evolução da Receita

Como se pode observar no gráfico seguinte, a evolução da receita este ano foi positiva, exceção feita aos serviços secundários, que registaram uma diminuição relativamente ao exercício anterior de 4,87%. As mensalidades registaram um aumento de 16,87%, as vendas registaram um aumento de 23,85% e as quotas registaram um aumento de 66,01%. No que concerne às comparticipações da Segurança Social, verificamos que o seu valor registou também uma variação positiva, de 0,14%.





2. Investimento

O investimento realizado no período ascendeu a 21.290,25 €, tendo 17.739,55 € sido utilizados na aquisição de ativos fixos tangíveis, e 3.075,00 € utilizados na aquisição de ativos fixos em curso. O remanescente foi aplicado em outros ativos financeiros, uma vez que, pelo facto de terem sido admitidos funcionários na instituição, e cumprindo com a legislação laboral em vigor, a empresa tem que fazer entregas mensais para o Fundo de Compensação do Trabalho, e que são considerados como um ativo financeiro, tendo estas ascendido a 395,20 €. De realçar que estas entregas se encontram suspensas desde Maio de 2023, sendo que o montante ficará aplicado enquanto as condições que originaram a sua entrega se mantiverem (ou seja, enquanto os contratos subjacentes se mantiverem ativos). Por outro lado, com a cessação dos contratos, e pagamento dos direitos aos funcionários, o montante das entregas feitas relativas a esses funcionários são devolvidas, tendo esse montante ascendido a 592,92 €.

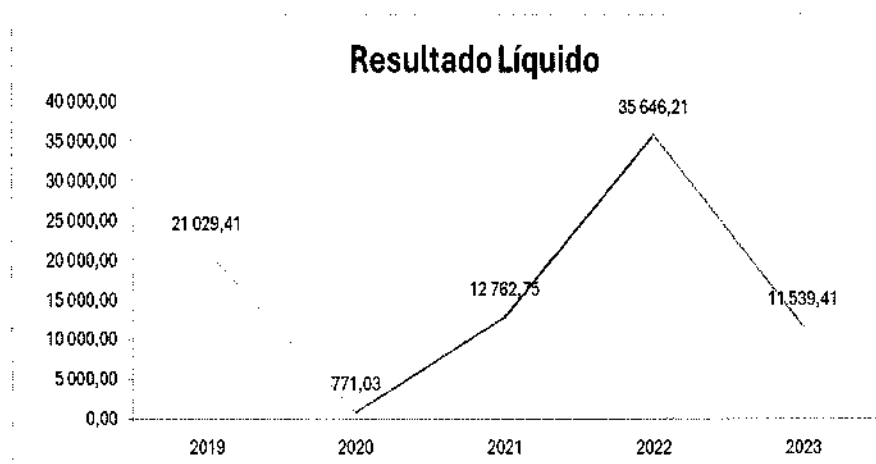
3. CUSTOS, RESULTADOS E RENTABILIDADE

3.1. Custos

No que concerne aos custos do exercício verificou-se um aumento da rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas. No que concerne aos custos com pessoal verificamos que estes registaram um ligeiro aumento significativo relativamente ao exercício anterior, explicado pelo aumento dos salários, nomeadamente o aumento do salário mínimo nacional. No que respeita aos fornecimentos e serviços externos, verificou-se também um aumento.

3.2. Resultados

Os resultados da Instituição no de exercício 2023 registaram uma variação negativa, de 67,63%. Tal deveu-se ao facto de as despesas terem registado um aumento superior às receitas.



3.3. Situação Económico Financeira

De entre os rácios a seguir discriminados, importa fazer referência ao *cash-flow*, que revela os fundos libertos gerados pela instituição, e que corresponde ao resultado líquido, acrescido das amortizações que, por não representarem movimentos efetivos de fundos, têm que ser acrescidas ao resultado. Este registou uma diminuição de 29,76% relativamente ao exercício anterior, em função do exposto nos pontos anteriores.

De seguida passamos à análise da rentabilidade, quer das vendas quer do ativo quer do capital próprio, cujos valores apresentados são, nos três casos, positivos e registaram todas uma variação negativa, em função do decréscimo do resultado líquido do período.

Analisamos agora dois indicadores diretamente ligados às necessidades de tesouraria da instituição, que são o prazo médio de recebimento e o prazo médio de pagamento. Relativamente ao prazo médio de recebimento, registou-se um decréscimo de 5,82 dias relativamente ao exercício anterior. Quanto ao prazo médio de pagamento, este registou um aumento de 15,45 dias. Estas variações são positivas, uma vez que aumentam a margem de manobra da empresa em relação às necessidades de financiamento, pois, como o prazo médio de pagamento é superior ao prazo médio de recebimento, isto traduz-se numa melhoria das necessidades de financiamento para a instituição. Ainda assim, e dada a estrutura da entidade, este facto não é muito relevante.

Analisando o rácio da autonomia financeira, que representa a proporção dos ativos que são financiados através de capital próprio, verificamos que registou uma diminuição, de 4,33%, justificado pelo facto de o valor do ativo ter registado um aumento superior ao do capital próprio. O valor apresentado, 84,94%, é bastante positivo e revela pouca dependência da instituição face a terceiros.

No que respeita à Solvabilidade da instituição, que representa a proporção dos passivos cobertos através de capital próprio, verificamos que houve também um decréscimo, de 2,68, relativamente ao exercício anterior, em virtude de o valor do passivo ter registado um aumento superior ao do capital próprio. O valor apresentado, 5,64, é extremamente positivo e reflete um baixo risco para os credores da instituição, uma vez que os capitais próprios são suficientes para fazer face aos compromissos assumidos, restando ainda uma boa margem de segurança.

Por último, fazemos referência à Liquidez Geral da instituição, que mede a capacidade desta em fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, e que registou um decréscimo, de 0,82 relativamente ao exercício anterior, uma vez que o valor do passivo corrente registou um aumento superior ao do valor do ativo corrente. O valor apresentado, 3,53, é extremamente positivo e revela que a instituição não tem qualquer problema em cumprir com os compromissos de curto prazo assumidos.

Indicadores	2020	2021	2022	2023
Nº de Trabalhadores	16	16	16	17
Volume de negócios	241 997,45 €	235 158,12 €	242 986,78 €	470 622,19 €
Ativo	530 638,37 €	587 389,20 €	601 961,33 €	634 225,16 €
Ativo Corrente	270 778,04 €	274 700,17 €	281 322,89 €	337 541,39 €
Resultado Líquido do Exercício	771,03 €	12 762,75 €	35 646,21 €	11 539,41 €
Capital Próprio	459 516,48 €	518 628,13 €	537 341,69 €	538 698,46 €
Passivo Corrente	71 121,89 €	68 761,07 €	64 619,64 €	95 526,70 €
Passivo	71 121,89 €	68 761,07 €	64 619,64 €	95 526,70 €
Cash-Flow	30 828,03 €	53 179,31 €	80 002,84 €	56 191,41 €
Rentabilidade das Vendas	0,32%	5,43%	14,67%	2,45%
Rentabilidade do Ativo	0,15%	2,17%	5,92%	1,82%
Rentabilidade do Capital Próprio	0,17%	2,46%	6,63%	2,14%
Prazo Médio de Recebimento de Clientes	24,74	26,91	18,93	13,11
Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	28,72	16,85	27,36	42,81
Autonomia Financeira	86,60%	88,29%	89,27%	84,94%
Solvabilidade	6,46	7,54	8,32	5,64
Liquidez Geral	3,81	3,99	4,35	3,53

4. Pessoal

O quadro de pessoal da instituição é composto por 17 trabalhadores, encontrando-se repartido por áreas específicas, devidamente hierarquizadas, o que possibilita orientar em moldes convenientes a atividade da instituição, bem como proporcionar estabilidade na concretização dos objetivos que a instituição se propôs implementar.

5. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

A situação da empresa perante o Estado e a Segurança Social encontra-se totalmente regularizada.

6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o término do exercício.

7. Evolução previsível da atividade

Atendendo à especificidade desta atividade será sempre difícil prever a sua evolução, ainda assim perspetivamos que a atividade se mantenha.

8. Proposta para aplicação dos resultados

A Direção propõe que o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, que ascendeu a 11.539,41 €, seja aplicado:

- Na sua totalidade, em Resultados Transitados.

9. Considerações Finais

A finalizar este relatório, apresentamos os nossos agradecimentos a todas as entidades coletivas e indivíduos que connosco têm colaborado.

Agradecemos o zelo e o empenho dos nossos colaboradores na prossecução das tarefas que lhes foram confiadas, denotando mais uma vez uma dedicação exemplar ao Centro Social.

Bragança, 7 de Março de 2024.

A Direção do CSSPS- Centro Social de S. Pedro de Serracenos

O Presidente: Américo José de Aguiar

O Secretário: António Manuel Fernandes Felgueiras

A Tesoureira: Alissandra Manuela Aires

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2023

01 -IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A CSSPS CENTRO SOCIAL DE S. PEDRO DE SERRACENOS é uma instituição sem fins lucrativos com início de actividade a 07-01-2001, com sede na Rua do Lar, nº 2, tem como principal atividade o Apoio Social para Idosos, com alojamento e o contribuinte nº. 513104143.

O fundo patrimonial é representado por 86.948,43 €.

É da opinião da Direcção que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

02 -REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

02.01 -As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

"Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho, (Sistema de Normalização Contabilística) que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, relativa às Demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 26/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.;

"Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho, aprova o Código de Contas;

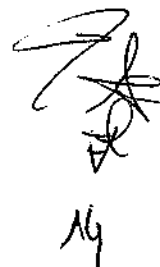
"Declaração de retificação n.º 41-A/2015 que corrige algumas inexatidões da Portaria 218/2015;

"Portaria 220/2015, de 24 de julho, aprova os modelos de Demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;

"Declaração de retificação n.º 41-B/2015, que corrige algumas inexatidões da Portaria n.º 220/2015.;

"Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, que homologa a Estrutura Conceptual.;

"Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que homologa as NCRF-ESNL;



"Aviso n.º 8258, de 29 de julho, publica as Normas Interpretativas do SNC.

03 -PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

03.01.01 -Bases de Apresentação:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

03.01.01.01 -Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

03.01.01.02 -Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

03.01.01.03 -Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

03.01.01.04 -Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

03.01.01.05 -Compensação:

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

03.01.01.06 -Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

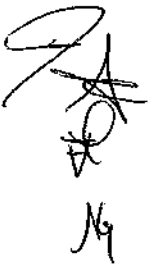
A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

03.01.01.07 -Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no fundo patrimonial como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente



do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil esperada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

03.01.01.08 -Ativos Intangíveis:

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

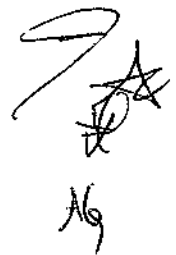
As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as taxas de depreciação utilizadas correspondem às definidas no Decreto-Regulamentar nº 25/2009.

03.01.01.09 -Inventários:

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua



venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

03.01.01.10 -Instrumentos Financeiros:

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros- Contratos para contrair empréstimos.

b) Ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do "custo", sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (excepto quando se trata de empresas cujas ações não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar com fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade);

- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação (São adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertençam a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados);

- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do "custo" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de fundos patrimoniais (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

03.01.01.11 -Reconhecimento do Rédito:

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

03.01.01.12 -Subsídios:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

03.01.01.13 -Locação Financeira:

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos

transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

03.01.01.14 -Custos de Empréstimos Obtidos:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

03.01.01.15 -Benefícios dos Empregados:

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo - Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação - Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

03.01.02 -Principais Fontes de Incertezas das Estimativas:

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram

posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

03.02 -Alterações nas políticas contabilísticas:

03.02.01 -Indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adopção inicial da NCRF-ESNL.

03.02.02 -Alteração voluntaria em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento) ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

03.03 -Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos:

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

03.04 -Erros Materialmente Relevantes de períodos anteriores:

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

04 -ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

04.01 -Divulgações sobre activos fixos tangíveis:

04.01.01 -Critérios de Mensuração usados para determinar a Quantia Escriturada Bruta

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no fundo patrimonial como excedente de revalorização, excepto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de

revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

04.01.02 - Métodos de Depreciação usados:

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

04.01.03 - Vidas Úteis e / ou Taxas de depreciação Usadas:

Os activos fixos tangíveis são depreciados em quota anual, de acordo com as taxas de depreciação definidas no Decreto-Regulamentar nº 25/2009.

04.01.04 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

04.01.04.01 - Quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade nos A.F.T.:

Durante os períodos findos em 31-12-2022 e em 31-12-2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIACÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERÍODO							
	Situação Inicial		Qtª escriturada	Situação Final		Qtª escriturada		
Qtª Bruta	Depreciações Acumuladas	Depreciações Acumuladas		Depreciações Acumuladas	Imparidades Acumuladas			
Outros ativos fixos tangíveis	825729,34	509538,41	316190,93	843549,39	554190,41	289358,98		
Ed. e outras construções	517486,29	258369,56	259116,73	535306,34	293751,17	241555,17		
Equipamento básico	186778,96	133071,39	53707,57	186778,96	140904,87	45874,09		
Equipamento transporte	52748,00	52748,00	0,00	52748,00	52748,00	0,00		
Equipamento administrativo	32408,49	29041,86	3366,63	32408,49	30478,77	1929,72		

QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIACÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERÍODO

	Situação Inicial			Situação Final				
	Qta Bruta	Depreciações Acumuladas	Imparidades Acumuladas	Qtª escriturada	Qta Bruta	Depreciações Acumuladas	Imparidades Acumuladas	Qtª escriturada
Outros A.F.T.	36307,60	36307,60		0,00	36307,60	36307,60		0,00

04.01.04.02 -Quantia escriturada do excedente de revalorização e movimentos no início e final do período:

Durante os períodos findos em 31-12-2022 e em 31-12-2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as adições, revalorizações, alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PER.

	Bens do domínio público		Terrenos e recursos naturais		Ed. e outras construções	Outros Eq. básico	Activos Eq. Transporte	Fixos Eq. administrativo	Tangíveis Outros A.F.T.	Total
	património									
Saldo Inicial					517486,29	186778,96	52748,00	32408,49	36307,60	825729,34
Aquisições					17820,05					17820,05
Saldo final:					535306,34	186778,96	52748,00	32408,49	36307,60	843549,39
Saldo inicial					258369,56	133071,39	52748,00	29041,86	36307,60	509538,41
Depreciações do exercício					35381,61	7833,48		1436,91		44652,00
Saldo final:					293751,17	140904,87	52748,00	30478,77	36307,60	554190,41

04.02

05 -ACTIVOS INTANGÍVEIS

05.01.01 -As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha recta, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro.

05.01.02 -Durante os períodos findos em 31-12-2022 e em 31-12-2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, perdas por imparidade, revalorizações e outras alterações foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIACÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERÍODO

	Situação Inicial			Situação Final				
	Qta Bruta	Depreciações Acumuladas	Imparidades Acumuladas	Qtª escriturada	Qta Bruta	Depreciações Acumuladas	Imparidades Acumuladas	Qtª escriturada
Projectos de desenvolvimento	7995,00	7995,00		0,00	7995,00	7995,00		0,00
Programas de Computador	4557,15	4557,15		0,00	4557,15	4557,15		0,00

QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIACÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERIODO								
	Qta Bruta	Situação Inicial			Situação Final			Qtª Escriturada
		Depreciações Acumuladas	Imparidades Acumuladas	Qtª escriturada	Depreciações Acumuladas	Imparidades Acumuladas		
Outros Activos Intangíveis	10657,95	10657,95		0,00	10657,95	10657,95		0,00
Total:	23210,10	23210,10		0,00	23210,10	23210,10		0,00

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PER.						
	Goodwill	Projectos de Desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos intangíveis	Total
Saldo Inicial		7995,00	4557,15		10657,95	23210,10
Saldo final:		7995,00	4557,15		10657,95	23210,10
Saldo inicial		7995,00	4557,15		10657,95	23210,10
Depreciações do exercício						
Saldo Final:		7995,00	4557,15		10657,95	23210,10
Ativos Líquidos		0,00	0,00		0,00	0,00

06 -INVENTÁRIOS

06.01 -Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Entidade adota como fórmula de custeio dos seus inventários o custo médio ponderado.

06.02 -Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31-12-2023 e em 31-12-2022, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

QUANTIA ESCRITURADA DOS INVENTÁRIOS

Descrição	31-12-2023			31-12-2022	
	Qtas Brutas	Perdas por Impar. Acum.	Qta Líquidas Escrituradas	Perdas por Impar. Acum.	Qtas Líquidas escrituradas
Mercadorias	573,00		573,00		514,34
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	1318,72		1318,72		1225,49
Total:	1891,72		1891,72		1739,83

06.03 -Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas:

O apuramento das mercadorias vendidas e das matérias consumidas/produção foi como se segue:

QTA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERÍODO

Descrição	31-12-2023		
	mercadorias	Matérias Primas Subsid. Consumo	Total
Inventário Inicial:	514,34	1225,49	1739,83
Compras	8131,48	51078,76	59210,24
Reclassificação e regularização de inventários			
Inventário Final	573,00	1318,72	1891,72
C.M.V.M.C.	8072,82	50985,53	59058,35

07 -RENDIMENTOS E GASTOS

07.01 -Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Entidade reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados;
- b) Prestações de serviços - são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- c) Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;
- d) Royalties - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

e) Dividendos - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

07.02 -O rédito reconhecido pela Entidade em 31-12-2023 e em 31-12-2022   detalhado conforme se segue:

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO

Descri�o	31-12-2023	31-12-2022
Vendas de bens	10693,80	8635,53
Prest�o de serviços	272958,75	233943,25
Quotas e joias	679,00	409,00
Rendimentos de patrocinadores e colaboradores	186290,64	
Juros	3440,14	50,89
Total:	474062,33	243037,67

08 -SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condi es de atribui o dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

08.01 -Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstra es financeiras e indica o de outras formas de apoio do governo

A 31 de Dezembro de 2023 a Entidade reconheceu nas suas demonstra es financeiras os seguintes subsídios do Governo:

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIO DO GOVERNO

Descri�o	Subsídios E.O.E.P.		Subsídios O. Entidades	
	Valor atribuido Per ou Per ant.	Valor imputado ao Período	Valor atribuido Per ou Per ant.	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados c/Ativos /ao investimento	7500,00	17682,64		
Ativos tangíveis:	7500,00	17682,64		
Bens do Patrim�nio H.A.C.				
Outros ativos fixos tangíveis	7500,00	17682,64		
Edifícios e outras constru�es	7500,00	12522,29		
Equipamento básico		5160,35		
Ativos intangíveis:				
Subsídios relacionados com rendimentos � explora�o				
Valor dos reembolsos no período respeitante				
Total	7500,00	17682,64		

09 -INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

09.01 -Activos e passivos financeiros:

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

09.02 -Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31-12-2023, a Entidade detinha os seguintes activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO MENOS IMPARIDA

Descrição	Quantia escriturada
Ativos financeiros	36395,91
Créditos a receber	20249,41
Outras activos correntes	16146,50
Passivos financeiros:	83352,36
Fornecedores	14781,03
Outras passivos correntes	68571,33

10 -BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e 2022, foi de 3.

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 e 31/12/2022 foi de 17 e 16, respectivamente.

10.01 -Benefícios pós emprego

A 31-12-2023 não existem funcionários nem órgãos diretivos a usufruir de benefícios pós emprego relativamente a planos de contribuição definida.

10.02 -Gastos com o pessoal e órgãos diretivos:

Os gastos reconhecidos no exercício com gastos com o pessoal e órgãos diretivos discriminam-se como se segue:

GASTOS COM O PESSOAL

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Gastos com o pessoal:	315060,49	259937,60
Remunerações do pessoal	246860,42	209021,47
Indemnizações	50,24	723,09
Encargos sobre remunerações	56682,93	46704,82
Seg ac.trab. e doenças profissionais	3503,47	3053,16

GASTOS COM O PESSOAL

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Outros gastos com o pessoal	7963,43	435,06

11 -OUTRAS INFORMAÇÕES**11.01 -Estado e outros entes públicos**

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de Dezembro de 2023, é o seguinte:

DETALHE DA RÚBRICA ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Descrição	2023
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	(2714,00)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	(117,59)
Contribuições para a Segurança Social	(8137,23)
Imposto estimado	(1205,52)
Total	(12174,34)

11.02 -Fornecimentos e serviços externos:

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no exercício de 2023 e 2022 a seguinte composição:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS TERCEIROS

Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Serviços especializados	19718,81	20240,87
Trabalhos especializados	9733,89	6887,48
Publicidade e propaganda		280,44
Honorários	5710,00	5675,70
Conservação e reparação	4103,05	7048,97
Outros	171,87	348,28
Material	2820,85	6230,85
Ferramentas	1536,02	4620,97
Material de escritório	479,48	545,86
Outros	805,35	1064,02
Energia e fluidos	36520,60	26982,22
Eletricidade	13968,45	9710,02
Combustíveis	19260,83	14094,04
Água	3291,32	3178,16
Outros		1,49
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos	7730,72	8194,86
Rendas e alugueres	607,92	607,92
Comunicação	1250,19	1291,64
Seguros	1175,97	1191,13
Contencioso e notariado	15,00	
Despesas de representação	223,40	40,65
Limpeza, higiene e conforto	4450,54	5063,52
Outros serviços	7,70	

11.03 -Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2023 e 2022 a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Rendimentos suplementares	3135,02	1159,31
Descontos de pronto pagamento obtidos	9,00	,58
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		1690,52
Outros	21611,51	20083,86
Imputação de subsídios para investimentos	17682,64	16932,65
Restituição de impostos	2310,41	3149,40
Outros não especificados	1618,46	1,81
Juros obtidos	3440,14	50,89
De depósitos	3440,14	50,89

11.04 -Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2023 e 2022 a seguinte composição:

OUTROS GASTOS E PERDAS		
Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Impostos	328,97	30,00
Gastos e perdas nos restantes inv. financeiros	5,10	256,22
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		3,31
Outros	283,04	275,88
Quotizações	178,00	206,00
Outros não especificados	72,98	50,22
Juros suportados	32,06	19,66

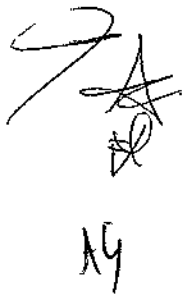
11.05 -Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS		
Descrição	2023	2022
Juros obtidos	3440,14	50,89

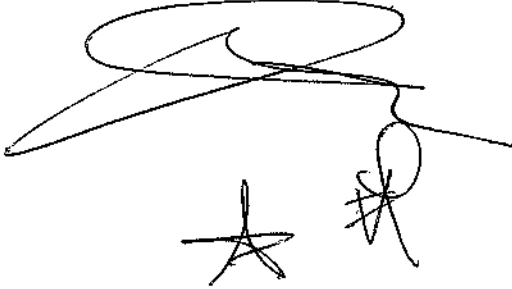
11.06 - Doações e legados

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes rendimentos relacionados com doações e legados:



Descrição	2023	2022
Doações	125,00	125,10
Legados	0,00	0,00
Total	125,00	125,10

A DIRECÇÃO

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Algom 15

CSSPS CENTRO SOCIAL DE S. PEDRO DE SERRACENOS
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA ESNL
 PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2023

Data: 2023/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método Directo			
Recebimento de clientes e utentes		294.743,32	241.370,05
Pagamento a fornecedores		-127.784,38	-107.731,81
Pagamento ao pessoal		-295.962,46	-270.977,92
Caixa gerada pelas operações		-129.003,52	-137.339,68
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-186,26	-2.820,51
Outros recebimentos/pagamentos		175.777,89	248.831,08
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		46.588,11	114.311,91
Fluxos de caixa das Atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-8.921,89	-51.417,50
Investimentos Financeiros			-888,54
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			1.687,21
Investimentos financeiros		592,92	
Juros e rendimentos similares		3.440,14	50,89
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-4.888,83	-50.567,94
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos de financiamento			-19,66
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			-19,66
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		41.699,28	63.724,31
Caixa e seus equivalentes no início do período		257.094,60	193.370,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período		298.793,88	257.094,60

A DIRECÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Alcomis

CSSPS CENTRO SOCIAL DE SÃO PEDRO DE SERRACENOS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PARA ESNL
PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2023

Data: 2023/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	07	470.622,19	242.986,78
Subsídios, doações e legados à exploração	11	126,00	187.042,36
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	06	-59.058,35	-50.884,12
Fornecimento e serviços externos	11	-66.809,98	-61.694,29
Gastos com o pessoal	10	-315.060,49	-259.937,60
Outros rendimentos	11	24.755,53	22.934,27
Outros gastos		-617,11	-309,19
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		53.956,79	80.138,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-44.662,00	-44.356,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.304,79	35.781,58
Juros e rendimentos similares obtidos		3.440,14	50,89
Resultado antes de impostos		12.744,93	35.832,47
Imposto sobre o rendimento do período		-1.205,52	-186,26
Resultado líquido do período		11.539,41	35.646,21

A DIRECÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Agome

CSSPS CENTRO SOCIAL DE SÃO PEDRO DE SERRACENOS
BALANÇO PARA ESNL em 31 de DEZEMBRO de 2023

Data: 2023/12/31
Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	04	292.433,98	316.190,93
Investimentos Financeiros		4.249,79	4.447,51
		296.683,77	320.638,44
Ativo corrente			
Inventários	06	1.891,72	1.739,83
Créditos a receber		20.249,41	14.026,88
Diferimentos		459,88	363,94
Outros ativos correntes		16.146,50	8.097,64
Caixa e depósitos bancários		298.793,88	257.094,60
		337.541,39	281.322,89
Total do Ativo		634.225,16	601.961,33
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		86.948,43	86.948,43
Reservas		89.505,50	89.505,50
Resultados transitados		227.590,59	191.944,38
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais		123.114,53	133.297,17
		527.159,05	501.695,48
Resultado líquido do período		11.539,41	35.646,21
Total dos fundos patrimoniais		538.698,46	537.341,69
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		14.781,03	8.369,11
Estado e outros entes públicos	11	12.174,34	7.513,94
Outros passivos correntes		68.571,33	48.736,59
		95.526,70	64.619,64
Total do Passivo		95.526,70	64.619,64
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		634.225,16	601.961,33

A DIRECÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Agoms